

RELATÓRIO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA SETORIAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Data: **25 de agosto de 2026.**

Local: **Sala de Reunião do Ministro – Brasília/DF.**

Presentes na reunião:

- **Bancada governamental** – Ministério da Saúde: Ministro Alexandre Padilha e Eliane Aparecida da Cruz (Chefe de Gabinete); SAA: Donizete Simioni; COGEP: Sérgio Henrique Moreira Cunha, Tamires, Etel Matielo e Diego.
- **Bancada sindical** – CONDSEF/FENADSEF: Carlos Alberto de Almeida, Maurício Antônio Prais de Almeida, Maria Helena Silva de Faria, Edilson José Muniz e Sérgio Ronaldo da Silva; CNTSS: José Bonifácio do Monte e Raimundo Rodrigues Cintra; FENASPS: Cleuza Maria Faustino do Nascimento, Carlos Roberto dos Santos, Regina Célia Porfírio de Lima Silva e Vera Lúcia da Silva Santos;

No dia 25 de agosto de 2026, na sala de reunião do Ministro da Saúde, reuniram-se os representantes da Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde (MSNP/MS) e os representantes das Bancadas Sindicais para apresentar a pauta prioritária. Naquele momento, queríamos um posicionamento e comprometimento do Ministro no encaminhamento junto ao MGI. Os pontos apresentados foram:

1. Projeto de Lei GACEN, GECEN e GEACE;
2. Reestruturação da Carreira do PST;
3. Concurso Público e jornada de trabalho de 30 horas para todos;
4. Revisão da regulamentação integral (art. 5º, inciso III, da Portaria nº 484/2014), que atualmente veda a percepção cumulativa da GACEN/GECEN com a indenização de campo;
5. PEC 101/2019 (Proposta de Emenda Constitucional): concessão de plano de saúde aos servidores da extinta SUCAM;
6. GTATA (Lei nº 15.367/2026) – Isonomia de tratamento com toda a categoria.

Em seguida, Sérgio Ronaldo (CONDSEF/FENADSEF), Cleuza Maria (FENASPS) e José Bonifácio (CNTSS) fizeram uma apresentação sobre os pontos acima citados.

Logo após, o Ministro da Saúde, Dr. Alexandre Padilha, nos informou que já enviou para o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e conversou sobre a importância desse Projeto de Lei (PL) GACEN, GECEN e GEACE. Foi quando nos informou que esse projeto deve

estar na Lei Orçamentária Anual (LOA) até 31 de agosto de 2026. Caso essa informação seja concretizada, vai ser a maior vitória do movimento sindical.

Reestruturação do PST – Nesse ponto, pleiteamos a reestruturação da carreira do PST, posto que a maioria dos servidores ativos da PST, na Saúde, atua majoritariamente em unidades de média e alta complexidade da União (hospitais e institutos federais) ou está cedida às gestões locais. A reestruturação mais recente deixou esses profissionais de fora. Na fala do Ministro da Saúde, nos foi informado que, em 2027, o MGI priorizará a proposta da carreira da Saúde. A proposta deverá ser construída na MSNP-MS.

Tivemos a garantia de novos concursos públicos em 2027, ao tempo que fomos informados pelo chefe da COGEP de que estão sendo chamados, ainda este ano, os servidores remanescentes do concurso anterior, e que o mesmo foi prorrogado até 2027.

PEC 101/2019 (Proposta de Emenda Constitucional): que visa à concessão de plano de saúde aos servidores da extinta SUCAM. A Bancada Sindical esclareceu ao Ministro que essa proposta já foi aprovada na CCJ, ficando parada na Presidência da Câmara com Hugo Motta, visto que basta ele criar a Comissão Especial para a proposta de emenda andar.

Nesse ponto, também houve um comprometimento por parte do Ministro em dar encaminhamento à proposta de Emenda Constitucional. Enquanto isso, o Ministério da Saúde se comprometeu a buscar, no próprio Executivo, a possibilidade de criar convênios para dar assistência a esses servidores.

Indenização de Campo: o Ministro da Saúde pediu para que seja encaminhado à equipe técnica para avaliar a alteração da Portaria nº 484/2014, permitindo, assim, que o Ministério da Saúde possa pagar a Indenização de Campo concomitantemente com a GACEN/GECEM aos servidores que fazem jus.

Concluimos fazendo consideração de que a nossa reunião foi produtiva, principalmente em função da possibilidade de o reajuste da GACEN/GECEM/GEACE constar no Orçamento da União para 2027, fato que beneficiará a todos os que atualmente recebem esta gratificação, estendendo-se, para além dos que se encontram na ativa, aos cedidos, aos aposentados e pensionistas. E, ainda, buscar fazer isonomia entre os que não foram contemplados pela Lei nº 15.367/2026.

Brasília-DF, 25 de junho de 2026.

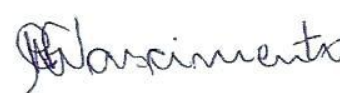


Sérgio Ronaldo da Silva
CONDSEF/FENADSEF

ASSINADO DIGITALMENTE
JOSE BONIFACIO DO MONTE
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



CNTSS



FENASPS